

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**



Avaliação,
Políticas
e Expansão
**da Educação
Brasileira 5**

Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 5 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 5) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-462-7 DOI 10.22533/at.ed.627191007 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APROPRIAÇÃO DA MÍDIA PELA CRIANÇA: UM OLHAR ENTRE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO	
Elisângela Soares Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.6271910071	
CAPÍTULO 2	9
A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM CAMPO EM DISPUTA	
Rozieli Bovolini Silveira	
Lizandra Falcão Gonçalves	
Mariglei Severo Maraschin	
DOI 10.22533/at.ed.6271910072	
CAPÍTULO 3	22
A PERCEPÇÃO DOS SURDOS ACERCA DOS EQUÍVOCOS COMETIDOS EM SUAS PRODUÇÕES ESCRITAS	
Marília Ignatius Nogueira Carneiro	
Clélia Maria Ignatius Nogueira	
Tânia dos Santos Alvarez da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6271910073	
CAPÍTULO 4	33
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O USO DE AMBIENTES TRADICIONAIS DE EAD E DE SISTEMAS Tutores INTELIGENTES: PREPARAÇÃO, ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E RESULTADOS	
Dulcinéia Gonçalves Ferreira Pires	
Sandrerley Ramos Pires	
Cassiomar Rodrigues Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.6271910074	
CAPÍTULO 5	47
ANÁLISE DO USO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA FINS NÃO RELACIONADOS AO CONTEÚDO: ESTUDO DE CASO EM UM CURSO DE MEDICINA	
Edgar Marçal	
Cláudia Martins Mendes	
Marcos Kubrusly	
Jessica Mendes de Luca	
Hermano Alexandre Lima Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.6271910075	
CAPÍTULO 6	58
AS CRIANÇAS DA ERA DAS MÍDIAS DIGITAIS E SUA RELAÇÃO COM A LEITURA LITERÁRIA	
Francisca Rodrigues Lopes	
Elizangela Silva de Sousa Moura	
Liliane Rodrigues de Almeida Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.6271910076	
CAPÍTULO 7	68
AS MÍDIAS NO ENSINO: UTILIZANDO SERIADO DE TV PARA ENSINAR CONCEITO DE ENERGIA	
Jéssica Priscilla Martins e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6271910077	

CAPÍTULO 8	71
AS TIC NA EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O EMPREGO DAS FERRAMENTAS DIGITAIS <i>GOOGLE FOR EDUCATION</i> E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Priscila Cristiane Escobar Silva Letícia Maria Pinto da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6271910078	
CAPÍTULO 9	86
CLUBE DE ROBÓTICA NA ESCOLA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	
Marlene Coelho de Araujo Maria do Carmo de Lima Giselle Maria Carvalho da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6271910079	
CAPÍTULO 10	92
AS CONVERSAS EM GRUPO E O FÓRUM VIRTUAL: DISPOSITIVOS CARTOGRÁFICOS DE ENSINO	
Eliane Teixeira Leite Flores Diogo Gomes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.62719100710	
CAPÍTULO 11	104
CRIAÇÃO DE VIDEOAULAS COM MATERIAIS DE BAIXO CUSTO: DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO DE MANEIRA ACESSÍVEL E BARATA	
Fábio Rodrigues Ferreira Seiva Wesley Ladeira Caputo Laísa Ferreira da Silva Cristiano Massao Tashima	
DOI 10.22533/at.ed.62719100711	
CAPÍTULO 12	116
EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA COMO PROCESSOS DE AUTONOMIA DO SUJEITO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	
Jessica Aparecida Paulino Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.62719100712	
CAPÍTULO 13	134
ENSINO DA FUNÇÃO AFIM COM A UTILIZAÇÃO DO <i>SOFTWARE GEOGEBRA</i> PARA ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	
Vinícius Campos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.62719100713	
CAPÍTULO 14	146
ESCOLA DIFERENTE? NÃO! ESCOLA INOVADORA: UM NOVO CAMINHO PARA EDUCAÇÃO	
Rosichler Maria Batista de Prado Campana Kely Guimarães Rosa Juliana Marcondes Bussolotti Mariana Aranha Souza Suelene Regina Donola Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.62719100714	

CAPÍTULO 15	157
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS NECESSÁRIAS EM UM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	
Lilian Wrzesinski Simon	
Andressa Sasaki Vasques Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.62719100715	
CAPÍTULO 16	173
INTERDISCIPLINARIDADE E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - EPT NO IFPI	
Angislene Ribeiro Silva Reis	
Joseane Duarte Santos	
Fábio Alexandre Araújo dos Santos	
Vagner Pereira Professor	
DOI 10.22533/at.ed.62719100716	
CAPÍTULO 17	187
METODOLOGIAS ATIVAS NA VISÃO DO ALUNO: UMA PROPOSTA DE PESQUISA	
Eduardo Manuel Bartalini Gallego	
Rodrigo Ribeiro de Paiva	
Daniela Dias dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.62719100717	
CAPÍTULO 18	202
O ENSINO DA MATEMÁTICA E O USO DO COMPUTADOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA DOCENTE	
Tacildo de Souza Araújo	
Aretha Cristina de Almeida Ribeiro	
João Paulo Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.62719100718	
CAPÍTULO 19	211
O ESTUDO DE CASO COMO ATIVIDADE PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Josimar de Aparecido Vieira	
Marilandi Maria Mascarello Vieira	
Roberta Pasqualli	
DOI 10.22533/at.ed.62719100719	
CAPÍTULO 20	226
PROVA SANTOS: O PERCURSO ENTRE A SEDUC E AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II	
Vera Helena Mojola Pessoa de Mello e Lara	
Mariangela Camba	
DOI 10.22533/at.ed.62719100720	
CAPÍTULO 21	235
SUSTENTABILIDADE <i>VERSUS</i> PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ERA DO JORNAL DIGITAL	
Glauce Angélica Mazlom	
Fabrícia Rilene de Sousa Silva	
Juciely Moreti dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.62719100721	

CAPÍTULO 22	241
TECNICISMO DOS ANOS DE 1970: UM PARALELO DOS SEUS DETERMINANTES POLÍTICOS E SOCIAIS NA EDUCAÇÃO DA ATUALIDADE	
Izanir Zandoná	
Andrea Vergara Borges	
Marisete Maihack Perondi	
DOI 10.22533/at.ed.62719100722	
CAPÍTULO 23	247
TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: MOVIMENTO DE UMA FORMA/AÇÃO DE PROFESSORES	
Anderson Luís Pereira	
Ingrid Cordeiro Firme	
Rosa Monteiro Paulo	
DOI 10.22533/at.ed.62719100723	
CAPÍTULO 24	258
TENDÊNCIAS METODOLÓGICAS NAS PESQUISAS EM PROEJA NO BRASIL: BIBLIOMETRIA EM TESES E DISSERTAÇÕES NA CAPES	
Helaine Barroso dos Reis	
Rinaldo Luiz Cesar Mozzer	
DOI 10.22533/at.ed.62719100724	
CAPÍTULO 25	275
TICS NA EDUCAÇÃO: ATUALIDADES PEDAGÓGICAS NO RÁDIO	
Fernanda Pasian	
Geison Durães	
Luciano Gonsalves Costa	
Natália Fratta da Silva	
Jorge Augusto Pereira	
Patrícia Vieira Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.62719100725	
CAPÍTULO 26	280
UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA COM O EMPREGO DE EXPERIMENTAÇÃO REMOTA EM SALA DA AULA	
Rubens Gedraite	
Leonardo dos Santos Gedraite	
Eduardo Kojy Takahashi	
DOI 10.22533/at.ed.62719100726	
CAPÍTULO 27	288
A GOVERNAMENTALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: BREVE ESTADO DA ARTE A PARTIR DE BASES DE DADOS DIGITAIS	
Gilmar Lopes Dias	
Carlos Roberto da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.62719100727	

CAPÍTULO 28 300

A NARRATIVA COMO EIXO ARTICULADOR DA EDUCAÇÃO MUDIÁTICA E COMUNICACIONAL:
UMA ABORDAGEM EDUCOMUNICATIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
ELZA MARIA PELLEGRINI DE AGUIAR (CAMPINAS-SP/BRASIL)

[Marciel Aparecido Consani](#)

DOI 10.22533/at.ed.62719100728

CAPÍTULO 29 314

DE INVASÃO SILENCIOSA À ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA FINANCEIRA PUBLICAMENTE
DECLARADA: A INSERÇÃO DE DISCIPLINAS A DISTÂNCIA EM CURSOS PRESENCIAIS DE
GRADUAÇÃO

[Stella Cecilia Duarte Segenreich](#)

[Ana D'Arc Maia Pinto](#)

[Lilian Lyra Villela](#)

DOI 10.22533/at.ed.62719100729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 333

PROVA SANTOS: O PERCURSO ENTRE A SEDUC E AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II

Vera Helena Mojola Pessoa de Mello e Lara

Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

Santos - São Paulo

Orientadora: Prof^a Dr^a Mariangela Camba

Mariangela Camba

Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

Santos - São Paulo

RESUMO: Este artigo é fruto da dissertação de mestrado em andamento, intitulada “Prova Santos: o percurso entre a Seduc e as escolas de Ensino Fundamental II”. A metodologia utilizada é qualitativa exploratória, sendo o intuito da pesquisa descobrir se a avaliação de larga escala municipal “Prova Santos” atinge as finalidades a que se propõe e em que medida se aproxima ou se distancia das demais avaliações de sistemas e das escolas municipais, a fim de contribuir com reflexões, questionamentos e sugestões para a melhoria da qualidade da educação pública. Para tal, após estudo bibliográfico sobre o tema da avaliação, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a professores, coordenadores pedagógicos e uma representante da Secretaria de Educação (Seduc).

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação. Avaliação Municipal. Avaliação de Larga Escala. Prova Santos.

SANTOS TEST: THE ROUTE FROM THE EDUCATION DEPARTMENT TO THE MIDDLE SCHOOLS

ABSTRACT: This article is the result of the Master’s dissertation in progress entitled “Santos Test: the route from the education department to the middle schools”. The methodology used is qualitative and exploratory being the purpose of this research to find out if the large-scale municipal evaluation “Santos Test” achieves its purposes and to what extent it approaches or distances itself from other system evaluations and from municipal schools. The purpose is also to contribute with some reflections, questioning and suggestions in order to improve the quality of the public education. Therefore, after a bibliographic study on the subject of evaluation, semi-structured interviews have been applied to teachers, pedagogical coordinators and to a representative of the education department (Seduc).

KEYWORDS: Evaluation. Municipal Evaluation. Evaluation of Large Scale. Santos Test.

1 | INTRODUÇÃO

Há algum tempo, mais especificamente desde a década de 1990, o sistema educacional brasileiro, assim como acontece em outros

países, vem sendo alimentado por uma série de avaliações externas refletindo um cenário político neoliberal em franco desenvolvimento. Nesse contexto, intensifica-se o debate sobre eficiência, competências, índices, rankings, responsabilização. As avaliações de sistema se consolidam, justificadas pela necessidade de assegurar políticas educacionais que promovam a equidade, a transparência e a qualidade, esta nem sempre concebida como um conceito polissêmico e multifatorial como lembram Dourado e Oliveira (2009).

Avaliações de larga escala, provas externas, avaliações de sistema, não importa qual nome se queira dar, vêm declarando seu objetivo de diagnosticar a aprendizagem, visando saber se estão sendo desenvolvidas habilidades e competências requeridas para a vida e o trabalho na sociedade atual e, assim, poder melhorar a qualidade ofertada. Mas estes mecanismos têm se revelado um controle vindo de fora da escola, no qual estão excluídos fatores intra e extraescolares.

Diante dessa macro realidade que abarca testes e índices internacionais, nacionais e estaduais, existe um desdobramento em nível municipal. No presente caso, além de participar da Prova Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a rede municipal de ensino santista tem como forma de monitoramento a Prova Santos, objeto desta pesquisa e análise em andamento.

Com este foco e por meio de metodologia qualitativa exploratória baseada em Bardin (2009), Laville (1999), Lakatos (2003) e Minayo (2001), a pesquisadora optou por entrevistas semiestruturadas colhidas em três escolas municipais de Ensino Fundamental II na cidade de Santos-SP, dialogando com referenciais bibliográficos sobre o tema da avaliação: Alavarse (2013, 2017), Bonamino (2002, 2013), Dias Sobrinho (2003), Gatti (2002, 2012, 2014), entre outros.

Portanto, a finalidade deste trabalho é investigar, por um lado, como a Prova Santos vem sendo recebida no universo escolar, qual o tratamento dado aos seus resultados por coordenadores e professores, se acarreta consequências para o trabalho pedagógico, se fornece pistas sobre o processo de ensino e aprendizagem, se aponta caminhos ou se os estreita; por outro, como é concebida e utilizada pela Secretaria de Educação.

2 | AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: UM TEMA INSTIGANTE

A complexidade do mundo atual requer soluções que não podem mais ser simplistas, unilaterais ou descontextualizadas. De acordo com Morin, (2000, p. 36), “o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido”.

Do ponto de vista da avaliação educacional, chega-se ao século XXI lidando com uma série de adjetivos, funções, utilidades, finalidades e tipos. São avaliações processuais, diagnósticas, formativas, somativas, institucionais, internas, externas, de

sistemas, de programas, de larga escala, autoavaliação... “A avaliação é concebida e praticada de diversas maneiras. É um campo bastante complexo e polêmico” (Dias Sobrinho, 2003, p. 52). Também Gatti (2002, p. 17) corrobora a ideia de que a avaliação educacional é mais que um campo alimentado por teorias, processos e métodos, pois abrange subáreas com características próprias.

E nesse grande caleidoscópio, ganham relevo as avaliações de larga escala como estratégia não somente política, mas de mobilização das políticas públicas. Segundo Dias Sobrinho (2003, p. 93), “a avaliação é fundamentalmente política porque pertence ao interesse social e produz efeitos públicos de grande importância para as sociedades”.

No mesmo sentido, Vianna (2005, p. 26) ressalta a importância da avaliação, seja ela de sala de aula ou de sistemas, como caminho e não como objetivo do ensino, considerando que sua prática colabora no processo de transformação dos alunos, mas não representa um valor em si mesmo.

Assim, quanto às avaliações externas ou de larga escala, Freitas (2013, p.167) chama a atenção para uma “[...] ilusão social de que avaliar os sistemas garante qualidade.”, posto que a qualidade da educação não pode ser compreendida de forma superficial, devendo, por isso mesmo, abarcar tanto os aspectos pedagógicos quanto os sociais e políticos.

Por outro lado, essas mesmas avaliações, se bem entendidas e utilizadas, podem exercer um papel positivo no processo educacional, como meios de revigorar os contornos da escola pública, cuja função na sociedade democrática é a de garantir o ensino e a aprendizagem para todos os alunos, conforme sublinham Alavarse, Machado e Arcas (2017, p. 1353-1375). Por conseguinte, os professores devem conhecer melhor os fundamentos, objetivos e resultados das avaliações de larga escala para que haja avanços em direção à melhoria da educação pública (Ibid, 2017, p.1370).

Segundo Blasis, Falsarella e Alavarse (2013, p. 12), essas avaliações apresentam “resultados educacionais de escolas e redes de ensino a partir do desempenho dos alunos em testes ou provas padronizadas que verificam se estes aprenderam o que deveriam ter aprendido, permitindo inferências sobre o trabalho educativo[...]”.

O assunto, na verdade, é controverso. Há os que defendem as avaliações externas de larga escala e os que são radicalmente contra. Sendo assim, pesquisar sobre a implementação da Prova Santos, do ponto de vista das escolas de Ensino Fundamental II e da Seduc, pode indicar caminhos que levem a descobertas proveitosas para o aprimoramento do processo avaliativo como um todo.

3 | PROVA SANTOS - A AVALIAÇÃO DE LARGA ESCALA SANTISTA

Em sintonia com legislações federais, estaduais e municipais, dentre as quais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996, que reitera o papel das avaliações externas conforme Art. 87. § 3º “Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá: [...] IV integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar”; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) publicados em 1997 e 1998; as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010; o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 010172/2001 e Lei nº 13.005/2014; o Plano Estadual de Educação de São Paulo, Lei nº 16.279, de 8 de julho de 2016; o Plano Municipal de Educação de Santos, Lei nº 3.151 de 23 de junho de 2015; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada pela Resolução do CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, e as políticas públicas do município de Santos, afirma-se a necessidade de assegurar a qualidade na educação básica, cabendo ao sistema, às redes e à escola comprometerem-se com o acompanhamento da aprendizagem dos alunos, de modo particular, por meio de instrumentos avaliativos que influenciem positivamente no avanço do processo educacional.

Nas suas diretrizes, o PNE estimula a criação de sistemas de avaliação em larga escala nos estados e municípios, alicerçados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) - aqui, com destaque para a Prova Brasil -, visando ao aumento do nível de desempenho dos estudantes brasileiros.

Sendo assim, Santos vem adotando a avaliação de larga escala municipal desde 2002, consolidando-a em 2016 com a instituição da Prova Santos, por meio do Decreto Municipal nº 7343 de 21/01/2016, regulamentado pela Portaria nº 33 de 08/04/2016.

Elaborada pela Secretaria de Educação, mas aplicada, corrigida e tabulada pelas Unidades Municipais de Educação - UMEs, a Prova Santos aconteceu, em 2018, em datas previstas no Calendário Escolar, com periodicidade semestral (maio e outubro), avaliando Língua Portuguesa (10 questões), Produção Textual e Matemática (10 questões), de 1º a 9º ano do Ensino Fundamental.

Não visando avaliar alunos individualmente (responsabilidade da escola), mas aferir resultados por turma e unidade escolar, a Prova Santos utiliza matrizes de descritores que estão em consonância ao seu Plano de Curso (currículo). Os dados coletados, embora evidenciem um recorte no processo de ensino e aprendizagem, pretendem ajudar a rede municipal a planejar ações pedagógicas, formações, projetos e outras intervenções. Para tal, os quadros de resultados são preenchidos pela própria escola, que imediatamente tem à disposição os gráficos por questão e descritor, e, no caso da produção textual, por níveis, enviando-os posteriormente à Seduc que os transforma em gráficos gerais e os analisa.

Importa esclarecer que, a partir de 2019, refletindo uma mudança político-pedagógica na Secretaria de Educação, há a intenção de que a Prova Santos seja aplicada apenas uma vez ao ano para possibilitar a análise não só do gabarito de cada questão, mas também dos seus distratores e, desse modo, providenciar a necessária intervenção pedagógica.

Percebe-se aqui uma tendência do município santista em alinhar sua avaliação às avaliações estaduais (Santos participou do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - Saesp - até 2015) e federais, buscando aproximar-se mais da Teoria de Resposta ao Item (TRI), já que a Prova Santos não conta ainda com um refinado tratamento estatístico.

4 | O PERCURSO METODOLÓGICO

A fim de investigar como a Prova Santos é vista pelos profissionais da educação que atuam nas escolas municipais de Ensino Fundamental II em comparação a como ela é concebida pela Seduc, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a três docentes de Língua Portuguesa, três de Matemática, três coordenadores pedagógicos e uma gestora da Secretaria de Educação, no ano de 2018.

Logo no início, os entrevistados das escolas demonstraram estar reticentes e desconfiados (exceto duas coordenadoras que já conheciam a pesquisadora), porém, durante o encontro, foram compreendendo a finalidade da entrevista e tornando-se mais colaborativos. Foi perceptível a necessidade de se sentirem valorizados (os professores) e ouvidos por alguém de fora do ambiente escolar. A confiança entre o par entrevistador - entrevistado foi estabelecida.

Gómez (1998, p.103) recorda que o processo de investigação é um fenômeno social e, portanto, interativo, modificando tanto a realidade investigada quanto o experimentador.

Nesse sentido, foi muito interessante o fato de uma das professoras pedir, após o término da entrevista, que o gravador fosse ligado novamente, a fim de que suas considerações complementares tivessem a garantia de registro. No final, ela já se sentia mais relaxada tanto física (foi evidente) quanto emocionalmente, podendo discorrer de modo informal e espontâneo, tendo ela própria interpretado esse novo estado de ânimo como propício a conclusões importantes.

Uma outra professora, também muito reservada inicialmente, uns dez dias depois da entrevista, teve a iniciativa de telefonar para a pesquisadora na Seduc, pois queria somar contribuições. Conforme ela ia falando, ficou claro que a entrevista havia mobilizado sentimentos, inquietações, sentidos, lembranças e outras reflexões sobre o assunto, que ela julgou relevantes para compartilhar mesmo depois de algum tempo.

Com a análise ainda em andamento e tendo em vista que a Prova Santos vem amadurecendo seu processo desde as primeiras avaliações diagnósticas realizadas em 2002, entende-se que as escolas e a própria Seduc estão em busca de um fortalecimento de sua identidade institucional.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista dos seus emissores, bem como da contextualização regional e local, a Prova Santos configura-se como uma avaliação externa às escolas, porém interna à rede municipal, estando mais próxima dos alunos e professores que a Prova Brasil.

“[...]eu prefiro mesmo a Prova Santos, porque está mais próxima do aluno[...]”
(Professora de Matemática da Escola C, ao ser indagada sobre a importância da Prova Santos).

Note-se que Alavarse (2013, p.146), quando se refere às avaliações de larga escala em âmbito municipal, indica uma “gradação de exterioridade”, pois há situações em que estas não seriam completamente externas, visto contarem com etapas realizadas por professores e técnicos da própria rede de ensino, como no caso da cidade de Santos.

Corroborando este parecer, de acordo com Dias Sobrinho (2003, p. 52), quando abordadas relativamente aos seus agentes, as avaliações podem ser classificadas como “internas, externas ou ainda mistas” (por esse aspecto, a Prova Santos talvez devesse ser classificada como uma avaliação mista).

Sendo assim, notam-se características bem peculiares, perceptíveis por meio das entrevistas realizadas, como a seguir:

- os professores entrevistados concordam com o monitoramento do ensino e aprendizagem por meio da Prova Santos, talvez porque no modelo adotado, sintam-se participantes do processo, já que conhecem, aplicam e corrigem a Prova.
- os professores entrevistados, por terem acesso à Prova Santos, especialmente no momento da correção, transformam os resultados em notas e as utilizam para compor a síntese do trimestre, significando que, do ponto de vista da escola, ela compõe as avaliações internas e, em tese, compromete mais o aluno. Após a aplicação e correção, os professores também tecem com a classe comentários sobre as questões, a fim de que os estudantes entendam o que erraram, independentemente da ação posterior dos coordenadores pedagógicos.

“[...]porque quando o aluno pensa que é uma prova pra prefeitura avaliar, ele não liga muito. Então, geralmente, na classe onde estou eu digo pro pessoal que vai valer nota. Eu aviso nas minhas salas que eu vou aproveitar a nota da Prova Santos[...]” (Professora de Matemática da Escola G).

- na visão dos coordenadores pedagógicos, a Prova Santos provoca uma reflexão:

“[...]também tem um lado da escola que nos devora no seu cotidiano, então muitas vezes ter um instrumento que te promova uma reflexão...[...]” (Coordenadora da Escola M).

- Uma coordenadora acredita que as escolas não dão o devido valor a esta avaliação:

“[...]sobre os alunos, eles dão muito pouca importância, vou te falar que é raro quem sabe o que é Prova Santos[...]

- Em contrapartida, outra comenta que seus alunos “não faltam nos dias de aplicação” (Coordenadora da Escola G).

Essas são apenas algumas das ideias extraídas, as quais, em face do que apregoam Laville e Dione (1999, p.214), seguem na direção de uma análise que procura conhecer as intenções, desmontar a estrutura dos conteúdos para encontrar seus significados mais relevantes.

Portanto, com base no que aqui foi apresentado e ponderando a realidade das escolas municipais santistas bem como as exigências da educação contemporânea, em que pesam não só o mercado de trabalho e a inserção social, mas a integralidade do ser humano, depreende-se que há muito o que se discutir, estudar e elaborar para que as avaliações em larga escala, como a Prova Santos, exerçam um papel democrático e de utilidade para o aluno, o professor e a instituição.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE; MACHADO; ARCAS, P. H. Avaliação externa e qualidade da educação: formação docente em questão. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1353-1375, jul./set. 2017. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/320177559_Avaliacao_externa_e_qualidade_da_educacao_formacao_docente_em_questao> Acesso em 18/fev/2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BLASIS E., FALSARELLA A.M.; ALAVARSE O.M. Avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino. In: **Avaliação e Aprendizagem**. Coordenação Eloisa de Blasis, Patricia Mota Guedes. São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. **Portal do MEC**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>> . Acesso em 20/mar/2018.

_____. _____. Conae 2014. **PNE na articulação do sistema nacional de educação**. Brasília, DF. Disponível em <<http://redesocialconae.mec.gov.br/images/documentos/documento-referencia-revisado.pdf>> . Acesso em 15 mar. 2017.

_____. _____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Currículos e Educação Integral**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. _____. INEP. **Indicadores da qualidade na educação/ Ação Educativa**, Unicef, PNUD, (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004.

_____. _____. Lei nº 9.394, de 20 dezembro 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-841, 23 dez. 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes> Acesso em 15/jul/2018.

_____. _____. Lei nº 10172, de 9 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional da Educação.

PNE/MEC. INEP. **Diário Oficial da União**, de 10 de janeiro de 2001. Brasília, 2001.

_____. _____. Lei nº 13.005, de 26 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE/MEC. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014.

_____. _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

_____. _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 174 p.

_____. _____. INEP. **Prova Brasil**. Disponível em <<http://provabrasil.inep.gov.br/>> Acesso em 19/ mar/2017.

DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. (Orgs.). **Avaliação e Compromisso Público: a Educação Superior em Debate**. Florianópolis: Insular, 2003.

DOURADO, L.F; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009 201. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>> Acesso em 10/ ago/2018.

FREITAS, L.C. Caminhos da Avaliação de Sistemas Educacionais no Brasil: o Embate entre a Cultura da Auditoria e a Cultura da Avaliação. In: Bauer, A; Gatti, B. (Org.) **Ciclo de Debates. Vinte e Cinco Anos de Avaliação de Sistemas Educacionais no Brasil - Implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores**. Volume II. Florianópolis: Insular, 2013, p. 167.

GATTI, B. A. Políticas de avaliação em larga escala e a questão da inovação educacional. Série- Estudos - **Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB** Campo Grande, MS, n. 33, p. 29-37, jan./jul. 2012. Disponível em <www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/59> Acesso em 20/jan/2019.

_____. Avaliação: Contexto, História e Perspectivas. **Olh@res**, Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 08-26. Maio, 2014.

_____. Avaliação Educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. **EccoS Revista Científica**, vol. 4, núm. 1, junho, 2002, pp. 17-41. Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71540102> . Acesso em 20/jan/2019.

GÓMEZ, A. I. P. Ensino para a compreensão. In: Sacristán, G. J.; _____. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4ª Ed. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. Artmed, 1998.

_____. Compreender o ensino na escola: modelos metodológicos de investigação educativa. In: Sacristán, G. J.; _____. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4ª Ed. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. Artmed, 1998.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo : Atlas 2003.

LAVILLE, C. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas/** Christian Laville e Jean Dionne; tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: 1999.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF : UNESCO, 2000. Título original: Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur.

SANTOS, Prefeitura Municipal. Decreto Municipal N.º 7.343 de 21 de janeiro de 2016, que institui a Prova Santos. **Diário Oficial de Santos** de 22 de janeiro de 2016. Disponível em <<https://egov.santos.sp.gov.br/legis/document/?code=5758>> Acesso em 10/mar/2017.

_____. _____. Portaria nº 33/2016 – Seduc, de 08 de abril de 2016. Dispõe sobre a normatização do Decreto nº 7343/16 que institui a Prova Santos e estabelece sua regulamentação e aplicação na rede municipal de ensino de Santos. **Diário Oficial de Santos** de 11 de abril de 2016. Disponível em <<https://egov.santos.sp.gov.br/edudoc/document/?code=10928>> Acesso em 10/mar/2017.

VIANNA, H.M. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 28, jul-dez/2003. Fundação Carlos Chagas. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2168/2125>> Acesso em 10/mar/2019.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-462-7

